



AFLUENTE: REVISTA DE
LETRAS E LINGUÍSTICA

ISSN 2525-3441

Cláudia Grijó Vilarouca

Universidade Federal do Pará

orcid.org/0000-0002-5964-0841

claudiagn@ufpa.br

Dissensões e vínculos entre literatura e filosofia: algumas considerações

RESUMO: Este artigo apresenta uma investigação, não exaustiva, acerca das divergências e elos entre literatura e filosofia com base em duas perspectivas: a primeira, da disputa pelo poder enquanto discurso válido; a segunda, pela discussão acerca dos regimes de verdade. Para tal, com base, sobretudo, nas reflexões de Philippe Sabot, William Marx, Benedito Nunes e Jeanne Marie Gagnebin, este artigo propõe um breve percurso que inicia pelas primeiras dissensões, na Grécia antiga, segue pela exposição de alguns exemplos, concentrados no âmbito da literatura francesa, de hierarquizações entre esses discursos ao longo da história e finaliza com uma consideração sobre questões metodológicas envolvidas na constituição dos vínculos entre ambas as áreas.

Palavras-chave: Literatura e Filosofia; Discurso; Verdade.



CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As dissensões e vínculos entre literatura e filosofia são apresentados neste trabalho a partir de dois pontos de vista principais: a disputa entre discursos pelo poder da palavra “mais verdadeira” e o tipo de verdade que está em jogo. Trata-se, assim, de problematizar a relação e a tensão que surge entre tais discursos, assumindo-se que são duas áreas distintas, mas que podem possuir, em algum *lugar* de seus campos de saber, pontos de *quase encontro*.

Embora a literatura possa mostrar um pensamento filosófico ou a filosofia possa ser apresentada com certo aspecto literário, ambas não se confundem. Jean-Luc Nancy (L'ELOGE DU SAVOIR, 2014)ⁱ expõe um exemplo divertido com base em *Dom Quixote*ⁱⁱ: imaginemos um texto filosófico que começa assim: “Em uma operação do conhecimento, cujo nome e funcionamento não consigo lembrar...”. À literatura, enfim, não cabe responder à questão “o que é?”.

Já para Benedito Nunes, baseando-se em Merleau-Ponty, para quem estas disciplinas são maneiras de dizer o mundo (2012, p. 183), há contiguidade “porquanto a Filosofia explicita a experiência humana, concretizada, em linguagens diferentes, na Literatura e na Arte” (2012, p. 183). Se essa contiguidade não ocorre frequentemente com qualquer tipo de filosofia e qualquer tipo de literatura, é verdade que a forma sempre poderá ser um elo entre elas, como se verá mais ao final deste artigo. Mas, antes, trato das disputas entre ambas, que sempre ocorreu, com a finalidade de se obter uma posição privilegiada entre os vários discursos existentes.

ACERCA DAS PRIMEIRAS DISSENSÕES

Ao nascimento da filosofia atribui-se um afastamento do discurso metafórico ou mesmo uma tentativa de apagamento da metáfora (SABOT, 2002, p. 23), em nome de uma razão em prol da “verdade”; ao mesmo tempo, o nascimento das artes literárias compartilha de uma origem em comum: a dos rituais míticos. Não é possível saber exatamente em que ponto da história essas formas de expressão passam a ganhar independência da circunscrição dos mitos. No



entanto, no nosso mundo dito ocidental, é na Grécia antiga, aproximadamente nos séculos V-IV a.c. que se consegue identificar, principalmente nas obras de Platão e Aristóteles, a discussão mais desenvolvida acerca de seus limites: seja para afirmar que estão subjugadas ao mito, logo, distante da razão; seja para afirmar que sua existência é parte de um mecanismo próprio da existência humana, a *mimeses*.

A célebre polêmica gerada por Platão – quando a filosofia, enquanto um campo específico do saber, já possui certo reconhecimento social – ao preferir a necessidade de expulsar os poetas d’*A república* revela uma preocupação com os tipos de discursos que circulavam na sociedade e com os efeitos destes em seu funcionamento. Platão sabia do poder que a fala do poeta possuía na *pólis*. Com efeito, não se tratava apenas de sujeitos cujos discursos criavam ilusões, afastando-se da verdade que, conforme o pensador grego, era necessária para o estabelecimento e bom desenvolvimento da utópica *República*. Tratava-se de uma disputa de poder, nesse caso, pela primazia da palavra. Rebaixando sofistas e poetas, Platão se arrogava e atribuiu ao filósofo o verdadeiro discursoⁱⁱⁱ. A disputa pelo poder do discurso mais verdadeiro, mais válido, eis um dos elementos que caracteriza a dissensão entre literatura (termo utilizado aqui de maneira retrospectiva, anacrônica, aplicando-se ao que na época antiga se chamava apenas *poesia*) e a filosofia. E não foi Platão quem a iniciou exatamente.

Xenófanes, já no séc. VI, apontava a poesia (da qual ele próprio se servia) de Homero e de Hesíodo como sendo inútil, conforme o fragmento X, 462 C. de uma de suas elegias:

(...) é de louvar-se o homem que, bebendo, revela atos nobres / como a memória que tem e o desejo de virtude, / sem nada falar de titãs, nem de gigantes, / nem de centauros, ficções criadas pelos antigos, / ou de lutas civis violentas, nas quais nada há de útil. / Ter sempre veneração pelos deuses, isto é bom. (1996, p. 68)

Isso porque ele considerava que a poesia épica, cheia de fatos heroicos contados, expressava quimeras, invencionices que ele propunha substituir...por uma poesia mais “verdadeira”. O teor da poesia de Homero e Hesíodo lhe causava aversão: era imoral e mentiroso, como se revela em

outro fragmento: “Tudo aos deuses atribuíram Homero e Hesíodo, / tudo quanto entre os homens merece repulsa e



censura, / roubo, adultério e fraude mútua” (1996, p. 70). Interessante, notar, porém, que ele próprio escrevia utilizando o hexâmetro dactílico^{iv}, verso da epopeia; era preciso, então, mudar o conteúdo da poesia, não eliminá-la. Destarte, não era exatamente um ataque à poesia, pensada em um sentido amplo, o que Xenófanés empreendia, mas sim a certo tipo de discurso poético. Para William Marx, Xenófanés visava, sobretudo, a uma “poesia nova e fundada de modo mais legítimo no verdadeiro e no bem”^v (MARX, 2015, p. 36). Por essa razão,

o lugar de Xenófanés na história da filosofia permanece eminentemente ambígua. Já era ele um filósofo? Ou era um poeta ao modo antigo? Os especialistas ainda se questionam a esse respeito e, se o pouco material disponível não permite de maneira alguma responder definitivamente a esta questão, a dificuldade principal reside no fato de que a cisão dos discursos [filosófico e poético] era ainda imperfeita.^{vi} (MARX, 2015, p. 36, trad. minha)

Ressalta-se que o verso, na época, também era marca de um discurso de autoridade, independentemente daquilo que tematizava. Entre a verdade e o verso não havia contradição.

263

Heráclito (século VI a.c.) não foi mais condescendente com os poetas. Disse ele que “Homero merecia ser expulso dos certames e açoitado, e Arquíloco [poeta lírico] igualmente” (1996, p. 92). Ademais, conforme explica Marx (2015), a língua do *logos* passa ser a prosa, não que Heráclito a tivesse inventado; é que, para ele, não era necessário um discurso com ornamentos. O central era dar conta da verdade (2015, p. 38-39).

Todavia, é com Platão que o ataque aos poetas adquire sobremaneira um caráter violento, dado que a eles é atribuída alta periculosidade, um perigo para um estado racionalmente organizado^{vii}. É pertinente lembrar que

na *polis* grega, sempre se trata de discurso contra discurso: não há nenhuma vitória política que não seja a de um discurso particular. Inversamente, não há discurso que não seja político. O banimento da poesia pelos filósofos não é um simples confronto de acadêmicos tagarelas: trata-se de uma luta pelo poder – ou pela influência no poder.^{viii} (MARX, 2015, p. 34, trad. minha)

Ou seja, por um lado, podemos compreender a querela platônica como uma maneira de retirar a autoridade dos poetas, o que não necessariamente significa anular a poesia de todo. Ora, é o próprio Sócrates que diz, no Livro III, da *República*:

(...) Mas, para nós, ficaríamos com um poeta e um narrador de histórias mais austero e menos aprazível, tendo em conta a sua utilidade, a fim de que ele imite para nós a fala do homem de bem e se exprima segundo aqueles modelos que de início regulamos, quando tentávamos educar os militares. (PLATÃO, 2012 [1949], p. 125 [398 a-b])



Era preciso, portanto, domesticar a poesia para determinado *fim*, útil para o modelo de sociedade ideal que se preconizava. Embora sob o influxo das musas, a poesia era demasiadamente livre, o que a tornava perigosa.

Por outro lado, o uso da forma literária nos diálogos platônicos é instigante. Jeanne-Marie Gagnebin, num ensaio intitulado “Platão, creio eu, estava doente^{ix}” (2009), aponta para essa atitude de delimitação de práticas de fala/escrita – tal como filosofia de um lado, poesia de outro –, pela perspectiva dos diálogos de Platão, afirmando ser uma necessidade, na época, de evitar a confusão de ambos os discursos e de firmar um papel social na pólis (2009, p. 194). Um dos papéis do poeta épico seria o de lutar contra o esquecimento e, por extensão, contra a morte. Uma função que se encontra, por exemplo, nos ritos fúnebres que Homero descreve. Assim,

[o] poeta como mestre de memória e de verdade (*a-létheia*) preenche simultaneamente o papel do sacerdote (de ligação às origens e aos mortos) e de virtuose (com domínio da memória e das técnicas de memorização), uma função essencial que *Iliada* e *Odisseia* realizam.” (2009, p. 196)

No entanto, seguindo o argumento que Gagnebin apresenta, surge a pergunta: Platão não teria realizado uma defesa da memória, da honra e da glória de Sócrates? Os chamados diálogos socráticos fornecem os exemplos. Ademais, além da memória de seu mentor, está em questão sua “reabilitação”. Platão narra episódios envolvendo Sócrates de modo a construir deste uma imagem distinta do que uma maioria da *pólis* lhe atribuía (a de ser ateu, sofista, subversivo). Isto é, Platão não se deteve em rememorar o passado para livrar seu mestre do esquecimento. Ele teve de realizar uma *versão* que, em seus diálogos, acaba tomando a forma, conforme Gagnebin, “de um gênero literário muito específico que oscila entre ficção e relato, ou, ainda, que constrói sabiamente, por meio de uma narrativa subjetiva e singular, a ficção de uma verdade factual” (2009, p.

198). É nesse sentido que o próprio filosofar platônico mantém algum elo com a poesia. A garantia da verdade do seu discurso proviria do apagamento do autor “em proveito da



coisa mesma”^x, no caso, do que se diz, do *logos*. Entretanto, Gagnebin especula que

só a ficção (o disfarce, a mentira) da ausência do sujeito-autor permite a constituição de um discurso que reivindica uma verdade e uma validade não subjetivas. Esse gesto propriamente ficcional é instaurado pela filosofia platônica com uma radicalidade que a distingue de outras práticas discursivas vigentes na época (a retórica, a sofística, a poesia, e até a história; (...)). (2009, p. 199-200)

Seria uma tentativa de universalizar a verdade. O apagamento da singularidade do autor caracterizaria a escrita filosófica, num primeiro momento.

Essa discussão é de interesse porque diz respeito diretamente às malogradas tentativas de definição de literatura e a da própria filosofia. O malogro se deve ao fato de que qualquer definição se dará em determinado momento histórico e é situacional. Tentar firmar uma definição de literatura ou mesmo de filosofia, universal, com base em crenças essencialistas, sempre implicará exclusões e inexatidões.

Até mesmo uma definição simplória, como “literatura seria uma arte da palavra”, opera por exclusão. Dizer que a poesia concreta (século XX) é “arte da palavra” implica ignorar parte de sua composição, qual seja, seu estreito vínculo com a arte visual. Portanto, no máximo, podemos adotar alguma concepção provisória. No âmbito da teoria literária, atualmente, essa questão é tratada de perspectivas diversas, sem que se pretenda dar uma resposta em definitivo. O objetivo é muito mais o de aclarar os pressupostos de determinadas discussões do que dizer o que é literatura, como algo que contém em si particularidades que os discursos não-literários não possuiriam.

O estadunidense Jonathan Culler afirma que a pergunta “o que é literatura” não tem grande importância para a teoria e uma das razões é que, nos séculos XX e XXI, “qualidades muitas vezes pensadas como literárias demonstram ser cruciais também para os discursos e práticas não-literários” (1999, p. 26). Não significa que esses discursos e práticas se confundem. No lugar de buscar uma definição, mais proveitoso – e é o que se tem feito em grande medida – é pensar a literatura como um “ato de fala ou evento textual [podendo, inclusive, ser oral] que suscita certo tipo de atenção. Contrasta com outros tipos de atos de fala, tais como dar informação (...) ou fazer promessas” (1999, p. 34). O “tipo de atenção” que suscita refere-se à natureza



do texto literário, que Culler divide – por questões didáticas - em cinco pontos que estão interconectados: a) a literatura como a “colocação em primeiro plano” da linguagem; b) literatura como integração da linguagem; c) literatura como ficção; d) literatura como objeto estético; e) literatura como construção intertextual ou autorreflexiva.

Da mesma forma, uma definição de filosofia sempre se encontra numa situação de embate, visto que deve abranger produções de ordem diversa que vai além da noção comum que é a de produção de conceitos. Para Nunes (2012), quando o filósofo se definia como “amigo das ideias ou dos conceitos”, ele se comprometeu com a *orthotes*, que é a verdade enquanto uma concordância entre conceito e objeto, pondo de lado ou rejeitando a *alétheia*, “desvelamento ou não esquecimento, a verdade dos pré-socráticos e dos trágicos” (2012, p. 180).

Tal noção de verdade (enquanto *orthotes*) será questionada, sobretudo por Nietzsche, posteriormente com Heidegger (que resgatará a noção de verdade como *alétheia*) e pensada de modo mais radical com Derrida, o que irá mudar substancialmente a maneira de pensar a relação entre literatura e filosofia. De todo modo, à filosofia está atrelada a questão “o que é”.

266

HIERARQUIZAÇÕES

A alteração da literatura e filosofia não permanece no passado. Ainda hoje ressoam os ecos de uma vitória platônica. Embora a expulsão dos poetas tenha ocorrido apenas textualmente, Platão parece ter contribuído para que a poesia – ou, anacronicamente falando, a literatura – fosse relegada, de modo geral, a um plano inferior com relação a outros discursos em vários momentos históricos. A questão, não raras vezes posta atualmente “para quê/por que poetas?” é indicativa^{xi}.

As tentativas de hierarquização não se limitam, no entanto, a diferentes discursos. Dentro do próprio conjunto de textos ao qual chamamos literários, tentou-se, ao longo da história, delimitar que tipo de literatura

deveria ser considerado mais digno de reconhecimento.



No âmbito das letras as disputas e tentativas de verticalizar os vários tipos de textos literários são bastante numerosas. Geralmente, tais confrontos não escapavam a questões sociopolíticas e, não raras vezes, possuem como base uma leitura equivocada da *Poética* de Aristóteles, ao qual se atribui a divisão dos grandes três gêneros (épico [que teria virado o narrativo], lírico e dramático). Por exemplo, na França, dos séculos XVI ao XVIII, a poesia, enquanto gênero já estabelecido, era considerada superior à prosa. No século XVII, para abordar um exemplo ainda mais específico, a poesia era vista como um meio para “elear/educar o espírito” e isso incluía a poesia satírica (a qual Boileau, autor da *Arte Poética*, também se dedicava), as tragédias de Racine, escritas integralmente em versos e as fábulas de La Fontaine. De acordo com o *decoro* da época, a poesia – em contraposição às obras escritas em prosa – deveria se consagrar a temáticas cujo cerne devesse conter algum teor moral ou que fosse efetivamente moralizante (caso das *Fábulas*). A não aceitação social e a possibilidade de ser lançado no ostracismo preocupavam o poeta tanto quanto a censura propriamente dita^{xii}. A literatura, não obstante ser costumeiramente posta num papel socialmente secundário, se comparada ao discurso religioso e/ou filosófico/científico, tem sofrido censura ao longo dos séculos. As investidas frequentes por parte de instituições religiosas e políticas faz pensar que a literatura nunca deixou de apresentar periculosidade. Somente para mencionar alguns casos, ainda na França, de censura violenta no século XVIII: o romance *Manon Lescault* (de Prévost) foi condenado a ser queimado, em 1733; *Émilio*, de Rousseau, recebeu a mesma condenação, em 1762; a peça *As bodas de Fígaro*, de Beaumarchais, interdita em 1792, pode ser reapresentada, após correções, somente em 1794; o poeta André Chénier ouviu, num julgamento apressado e mal conduzido, do acusador Fouquier-Tinville, do Tribunal revolucionário, que “A República não precisa de poetas”; Voltaire passou a maior parte de sua vida em exílio. Dito de modo bastante geral, o século XVIII, nesse país, foi particularmente hostil para aqueles que se propunham a defender a liberdade de expressão.

A censura, sendo um mecanismo de controle ou um atentado ao pensamento que se quer livre e que pode vir a difundir vontades de liberdade não poupou os filósofos,



como é sabido, ainda que gozassem de um *status* privilegiado se comparado ao da literatura. Bastava um desacordo com as teorias vigentes da Igreja Católica, para ser submetido ao exame inquisitório ou enviado à fogueira, como foi o célebre caso de Giordano Bruno. Para os literatos, era tão complicado quanto. No fundo, a literatura – ainda não considerada no sentido moderno antes do fim do século XVIII –, incerta quanto a seu papel, provocava certo temor, não muito distante do que provocavam os filósofos mais ousados.

A disputa de poder parece, entretanto, ambígua, visto que nem sempre a filosofia era tratada como algo completamente distinto do literário. Novamente, evoco o caso da França, desta vez, do século XIX, onde a distinção ganhou força devido ao crescimento da ciência, principalmente a de caráter experimental, que, inclusive, colocou certas filosofias como menos próximas das verdades. *Grosso modo*, as ciências, no século XIX, se imputaram o domínio das verdades absolutas. Com o seccionamento das áreas de conhecimento, a crítica literária começa a ganhar o *status* de disciplina acadêmica, de um saber cujas particularidades o estudo da retórica/poética já não dá conta. Para essas formas de crítica nascentes, a base é, em grande parte, as ciências. Um exemplo é a crítica que incorpora os preceitos do positivismo e das ciências biológicas. Para Hyppolite Taine (1828-1893): “a literatura, como as outras atividades do espírito humano, é redutível às causas que as produzem e é explicável a partir do meio” (incluindo a raça e o momento histórico) (RINCÉ; LE CHERBONNIER, 1986, p. 359). Segundo esse filósofo e crítico literário:

o método moderno que eu tento seguir, e que começa a se introduzir em todas as ciências morais, consiste em considerar as obras humanas em particular como fatos e produtos das quais é preciso revelar o caráter e buscar as causas, nada mais. Assim compreendida, a ciência não prescreve nem perdoa; ela constata e explica. (1909 [1865], p. 12, trad. minha)^{xiii}

É na ciência – tal como se configurava no século em questão - que ele busca os fundamentos de sua crítica e da história literária, como se pode constatar acima. Ferdinand Brunetière (1849-1907), apesar de não ser nem um pouco entusiasta do cientificismo dominante, irá alicerçar as bases de sua crítica literária no darwinismo, concentrando-se na classificação dos gêneros, em sua genealogia. (Esse tipo de



crítica, entre outras, coexistirá com a chamada crítica impressionista, baseada em erudição e subjetividade).

No início do século XX, com o nascimento da *teoria da literatura*, no meio acadêmico norte-americano, pode-se dizer que a filosofia readquire importância central para o estudo do texto literário, porém, não solitariamente (ela se vê cotejada com

princípios das ciências humanas, tais como a sociologia, antropologia, além da linguística e da psicanálise). O *boom* da teoria da literatura ocorre nos anos 60, graças ao pensamento de Foucault, Deleuze, Derrida, entre outros, revelando que os estudos literários, apesar de alguns períodos de maior afastamento da filosofia, nunca estiveram efetivamente separados dela. Lembremos Rousseau e Voltaire que, no século XVIII, não eram considerados apenas filósofos, eram escritores/poetas. Nas escolas e universidades da França, ainda hoje são lidos também como escritores. Rousseau, por suas *Confissões* e Voltaire por seus contos filosóficos. Mais distantes no tempo, pode-se mencionar Descartes, especialmente pela obra *O discurso do método*. Longe de ser considerada apenas uma obra filosófica, ela também é lida como literária por apresentar elementos autobiográficos e por suas metáforas claras e distintas. Montaigne e mesmo Pascal igualmente se situam numa zona fronteira que dificulta uma identificação bem demarcada.

Todos esses autores figuram nas antologias francesas de textos literários, do fim dos anos 40 às mais atuais, como se pode notar, por exemplo, na coleção de Lagarde et Michard, de 1948 (ano da publicação de seu primeiro volume, consagrado à Idade Média) a 1962 (último volume, sobre o século XX), utilizada nos liceus. Também vale menção à coleção Henri Mitterand, da editora Nathan, intitulada “Littérature: textes et documents”, cujo primeiro volume (Idade Média ao século XVI) é do início dos anos 80. Especialmente nesta coleção, abundam a referência aos filósofos (não apenas) de interesse literário. Digno de nota é que não se constata a menção, por exemplo, a Henri Poincaré, filósofo e matemático; nem a filósofos que se dedicaram especialmente à lógica ou à epistemologia, o que suscita a questão: existiria um tipo de filosofia, ou de literatura, mais pertinente para pensar a relação que ambas entretêm?



Talvez a pergunta seja estéril, pois a resposta poderia nos levar a classificações e categorizações que em nada contribuiriam para esclarecer as proximidades e distâncias entre ambas as áreas. Por enquanto, propõe-se uma breve reflexão de ordem mais generalista e, a seguir, pretende-se expor certos pressupostos que permeiam a discussão acerca do vínculo entre literatura e filosofia.

VÍNCULOS: QUESTIONAMENTO DOS REGIMES DE VERDADE E FORMA

Para Philippe Sabot, tanto a literatura quanto a filosofia participam do *pensamento* – cada qual à sua maneira – e ambas são uma forma de prática languageira. Assim consideradas, a questão que esse filósofo se coloca é “como conceber uma prática filosófica dos textos literários que leve em consideração a prática ‘literária’ do pensamento e que se funda nela?”^{xiv} (2002, p. 12, trad. minha) ou seja, e o que interessa aqui: como não desprezar suas especificidades formais? Ele remete ao questionamento que Nietzsche realiza quanto à separação entre literatura e filosofia, colocando em xeque a primazia da verdade com relação à ilusão, ao decidir escrever sob a forma de aforismos e, frequentemente, com teor muito próximo ao que se encontra em textos poéticos. Mais além, a rejeição da exigência de coerência e de formas de argumentar que seriam próprias da filosofia teria sido levada ao extremo por Jacques Derrida; tal empreitada nos faria lembrar a origem metafórica da filosofia e que, ao negá-la, a fim de conseguir a autonomia disciplinar, nega também seu enraizamento na linguagem e nos seus jogos (2002, p. 31). Sabot, ao considerar esse ponto de vista a partir do qual irá pensar a filosofia, com base em Nietzsche e Derrida, deixa claro que é necessário reconhecer a participação da literatura no domínio do conhecimento, ou seja, não relegá-la a um plano do passatempo, do prazer ou do divertimento. Isso exige, entretanto, recorrer a um conceito de conhecimento que leve em conta outras modalidades pelas quais apreendemos o mundo, não apenas o conhecimento proposicional que caracteriza majoritariamente a filosofia.



De acordo com Jean-Luc Nancy (L'ELOGE DU SAVOIR, 2014), na literatura há um saber que é uma manifestação do sentido e que é sua própria verdade. Tratar-se-ia de uma verdade que se confirma a partir de si mesma, que se faz fazendo-se, sem necessidade de uma referência que a preceda, como ocorre na filosofia que, de modo geral, tem que lidar com uma verdade verificável.

O questionamento de Derrida – o qual ecoa no pensamento de Nancy exposto acima – acerca da relação entre literatura e filosofia, acabou forçando a discussão sobre o regime de verdade com o qual os filósofos operam, não sendo algo, entretanto, amplamente aceito. Conforme Arthur Danto, “aquiescer ao conceito da filosofia-como-literatura logo agora parece tacitamente aquiescer à visão de que os austeros imperativos da filosofia-como-ciência perderam sua energia.” (2014, p. 175) Para o filósofo estadunidense, a filosofia não deixa de ser um híbrido singular de arte e ciência (id., p. 174) e, por isso, estranha-se o fato de que “apenas recentemente tenha parecido se tornar imperativo para alguns que a filosofia seja vista como literatura” (id., p. 174). Para ele, seria difícil os teóricos da literatura não se voltarem para os textos filosóficos, visto que diversos tipos de textos têm sido credenciados como literatura, desde quadrinhos a *grafitti* em nossos tempos atuais. Interessante observar que, na França, as fronteiras que separam a literatura e filosofia sempre foram muito tênues, o que não quer dizer que ambas se confundam. Elas acabam operando em planos de verdades distintos, mesmo que revelem alguns pontos de convergência.

Danto afirma que “os imperativos que governaram a transformação da filosofia em profissão usaram as ciências para dar destaque à nossa comunidade” (id., p. 174), por isso, parece-lhe estranho que, de certa forma se renegue esse elo com a ciência em prol de uma base “poética”. A filosofia, ao longo da história, esteve comprometida com o que é, enquanto à literatura – num sentido lato – compete mais o que poderia ser ou ter sido ou a possibilidade em toda sua potência.

O que não exclui a possibilidade de *dialogação*, como prefere chamar Benedito Nunes, no sentido de não suprimir “a diferença subsistente entre elas” (2012, p. 183).



Um dos elementos dessa *dialogação* entre literatura e filosofia reside, em parte, na forma. Gagnebin explica que falar das formas literárias da filosofia significa “refletir sobre [este]^{xv} estatuto ambíguo do discurso filosófico e, mais especificamente, de explicitar a íntima relação entre formas de exposição, de apresentação, de enunciação (...) e a constituição de conhecimento(s) ou de verdade(s) em filosofia” (2009, p. 203), ou seja, tais formas “participam inseparavelmente da transmissão de conhecimento ou da busca de verdade que visa o texto filosófico” (id., p. 204). O próprio Danto apresenta uma lista, não exaustiva, que ele certa vez resolveu elaborar, de formas consideradas literárias das quais a filosofia se serve:

diálogos, notas de leitura, fragmentos, poemas, exames, ensaios, aforismos, meditações, discursos, hinos, críticas, cartas, sumas, enciclopédias, testamentos, comentários, investigações, tratados, (...), prolegômenos, (...), *pensées*, sermões, suplementos, confissões, sentenças, perquirições, diários, panoramas, esboços, livros (...), *Holzwege* [caminhos de floresta], (...), Genealogias (...). (2014, p. 179)

Refletir sobre a forma – ambos os autores supracitados concordam quanto a esse ponto – implica refletir sobre um modo de ler o texto, requerido por essa forma. Ora, ler Montaigne requer considerar a forma *ensaio*, um tipo de texto que não visa verdades proposicionais, nem exatamente propor ao leitor um ponto de vista único ou defender alguma tese, mas sim, apresentar o movimento do pensar, que, no caso deste autor, conduz ao ceticismo. Por essa razão, para Montaigne, o ensaio seria a forma mais adequada a adotar.

Considerando que a forma é um dos elementos para pensar a relação entre literatura e filosofia, outra questão se coloca quanto aos conteúdos: como se dá essa *dialogação*, como ou de que maneira uma interfere na outra? Para começar a esboçar uma resposta, é necessário que tratemos de certos aspectos metodológicos.

POSSIBILIDADES DE CRUZAMENTOS: ASPECTO METODOLÓGICO

No artigo intitulado “Poesia e Filosofia: uma transa” (2011), Benedito Nunes distingue três tipos de relação entre esses



discursos. Para o autor, o foco recai na poesia, no entanto, veremos que essas relações são extensivas à literatura como um todo, tal como a compreendemos hoje. O primeiro tipo de relação aclarada é a *disciplinar*. Esta pressupõe uma cisão completa entre literatura e filosofia: “aquela pertencente ao domínio da criação verbal, da fantasia, do imaginário, esta ao do entendimento, da razão e conhecimento do real. (...) A poesia é considerada inferior ao saber conceitual da filosofia, como pensamento que a supera explicando-a ou compreendendo-a.” (2011, p. 9). Tal concepção está ancorada na tradição platônica e na estética moderna, que colocou a arte num “pedestal metafísico”, de acordo com Danto, distanciando-a do mundo vivido como algo a ser contemplado *desinteressadamente* (DANTO, 2014, p. 46). Com isso, a estética torna-se uma armadilha para a arte, conforme a visão de artistas como Marcel Duchamp, um perigo para a própria arte. Assim, a poesia, a literatura, como algo ao qual compete a beleza, entre outros atributos estéticos, fica subjugada à filosofia. Com efeito, trata-se de um problema, pois é uma relação que implica a “subordinação hierárquica”. Nunes, no artigo mencionado, exclui dessa relação a “aplicação avulsa de conceitos filosóficos instrumentais” que, para ele pode contribuir para esclarecer a literatura, sem que esta seja “absorvida” por um sistema ou domínio conceitual de uma doutrina (NUNES, 2011, p. 11). Todavia, em outro texto, intitulado “Filosofia e Literatura”, que foi publicado pela primeira vez em 1992, (2012, p. 184), ele assume ser um risco tal aplicação, porquanto ela pode recair numa pretensa crítica filosófica, abordando a obra como “a ilustração de verdades gerais” (2012, p. 184). Foi o que ocorreu com ele ao escrever o estudo “O mundo de Clarice Lispector” (publicado na coletânea *O dorso do tigre*), conforme ele mesmo nos conta:

apresentei a ficção da romancista de *A paixão segundo G. H* como uma ilustração do pensamento sartriano. (...) A ficção mesma da romancista, com seus procedimentos peculiares, da construção dos personagens ao aparato de sua linguagem (...) tudo isso, que é propriamente literário, era como que suprimido e eliminado em proveito do “substrato filosófico”. (2012, p. 185)

Além desta relação disciplinar entre literatura e filosofia, Benedito Nunes nos explica a *supradisciplinar*, que reside na “incorporação mútua das disciplinas” e funda-se no início do romantismo alemão e do idealismo, a partir dos quais se tentou



preconizar que, pela intuição intelectual, a poesia do gênio deveria se ligar à filosofia (Schlegel) (2011, p. 12). Nesta relação, a poesia acaba sendo colocada acima da ciência e da própria filosofia. O que reforça tal superioridade é o próprio nascimento mítico da filosofia e o fato de a poesia estar vinculada ao mito, de ela estar “[mergulhada] no elemento originário da *poiesis*, seja que a tomemos como potência geradora do mito, seja que a tomemos como potência verbal formadora dos enunciados, verdadeiros e/ou falsos, que o discurso filosófico articula” (2011, p. 13). Nunes explica que apenas nesse sentido preliminar restrito “toda a filosofia é poética”. Na relação supradisciplinar, há uma confluência da filosofia para a poesia e vice-versa, embora não seja a regra. Neste tipo poderíamos situar, talvez, as discussões recentes acerca da filosofia-como-literatura, apesar de assentes em pressupostos bastante distintos.

Para o filósofo brasileiro, há ainda outro tipo de relação, que é de ordem *transacional*, e que consiste num:

movimento de ir de uma a outra [da literatura para a filosofia], portanto, separadas, cada qual na sua própria identidade, sem que cada qual esteja acima ou abaixo de sua parceira, numa posição de superioridade ou inferioridade do ponto de vista do conhecimento alcançado ou da verdade divisada. (...) A filosofia não deixa de ser filosofia tornando-se poética, nem a poesia deixa de ser poesia tornando-se filosófica. (2011, p. 14)

Esse terceiro e último tipo de relação entre literatura e filosofia, apontada por Nunes, seria mais profícua, pois ambas são colocadas num mesmo patamar de valor. Além disso, permite-se conceber outro regime de verdade que se apoia numa hermenêutica – que, para o autor mencionado, faz com que se desloque a noção de verdade para o âmbito do discurso, onde literatura e filosofia se avizinham.

Finalmente, pode-se dizer que o ensaio de Benedito Nunes do qual foram extraídos os tipos de relação entre a literatura e filosofia apresentados logo acima, se não fornece os procedimentos de como estabelecer, até porque são muitas as possibilidades, aponta para um cuidado de ordem metodológica que é importante ressaltar a fim de evitarmos as armadilhas de subsumir uma à outra, apagando traços que as constituem. Não se trata de enfatizar as diferenças, mas sim de pensar em

como os vínculos se constituem.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo não pretendeu esgotar, de modo algum, o tema apresentado, o que é óbvio pela própria limitação dos exemplos concentrados, sobretudo, nos franceses. O que não quer dizer que sejam os únicos ou mais apropriados para tratar do assunto.

Com Gagnebin, Benedito Nunes e, em parte, com Danto, que contestou o pensamento derridiano, tentou-se alargar um pouco o terreno da discussão, indicando possibilidades de refletir a partir de outros caminhos metodológicos.

A escolha em expor o assunto a partir de um percurso que vai das primeiras dissensões, passando por hierarquizações – que enfatizam a disputa de poder entre discursos, até mesmo dentro daquilo que é chamado de literário –, à abordagem de alguns dos elementos fundamentais para considerar o vínculo entre literatura e filosofia (regime de verdade e forma), com enfoque em alguns poucos autores, foi por necessidade – e tentativa - de delimitar o desenvolvimento do trabalho, em virtude de sua amplitude e desdobramentos possíveis, que ficarão para outros trabalhos por vir.

275

REFERÊNCIAS

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. (Trad. de Sandra Vasconcelos). São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.

DANTO, Arthur C. *O descredenciamento filosófico da arte*. (Trad. de Rodrigo Duarte). Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

L'ÉLOGE DU SAVOIR. Apresentado por Christine Goémé. Paris: France Culture, 09 out. 2014, 8h. Duração 1h. Palestra transmitida de Jean-Luc Nancy, no seminário "Littérature et philosophie aujourd'hui", na Ecole Normale Supérieure.

MARX, William. *La haine de la littérature*. Paris: Éditions de Minuit, 2015.

NUNES, Benedito. Poesia e filosofia: uma transa. In: *A palo seco: escritos de filosofia e literatura*, ano 3, nº3, 2011, p. 8-17.

NUNES, Benedito. *No tempo do nihilismo e outros ensaios*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

OS PRÉ-SOCRÁTICOS: fragmentos, doxografia e comentários. (Seleção de textos e supervisão de José

DISSENSÕES E VINCULOS
ENTRE LITERATURA E
FILOSOFIA...
Afluente, UFMA/CCEL, v.7, n.20,
p. 260-277, jan./jun. 2022
ISSN 2525-3441

Cavalcante de Souza) São Paulo: Abril Cultural, 1996 (Coleção Os Pensadores).

RINCÉ, Dominique; LE CHERBONNIER, Bernard. *Littérature: textes et documents*. XIX^e. Paris: Nathan, 1986.

SABOT, Philippe. *Philosophie et littérature*. Approches et enjeux d'une question. Paris : Presses Universitaires de France, [collection "Philosophies"], 2002.

TAINÉ, Hyppolite. *Philosophie de l'art*. Paris : Hachette, 1909 [1865].



Recebido em 07 de abril de 2021.

Aprovado em 13 de fevereiro de 2022.

DISSENSIONS AND CONNECTIONS BETWEEN LITERATURE AND PHILOSOPHY: A FEW CONSIDERATIONS

276

Abstract: This article presents a non-exhaustive investigation on the dissensions and links between literature and philosophy based on two perspectives: first, the dispute for power as valid discourse; second, the discussions on regimes of truth. For this purpose, drawing upon Philippe Sabot, William Marx, Benedito Nunes and Jeanne Marie Gagnebin, it briefly follows the history of these relations, beginning with the first dissension, in ancient Greece, followed by some examples of French tentative hierarchizations between literary and philosophical discourses, and ending with considerations on the methodological issues involved in the constitution of links between both fields.

Keywords: Literature and Philosophy; Discourse; Truth.

ⁱ Trata-se de uma palestra dada na École Normale Supérieure (Rue d'Ulm), em 2014, em ocasião de um seminário intitulado "Littérature et philosophie aujourd'hui". (vide Referências)

ⁱⁱ A frase a qual ele se refere é a primeira de *Dom Quixote*: "En un lugar de la Mancha, de cuyo nombre no quiero acordarme ..." [Em algum lugar da Mancha, cujo nome não consigo lembrar...]

ⁱⁱⁱ Neste caso, a palavra discurso é usada numa acepção que é sócio-política, a de um conjunto de enunciados organizados expressos, mas que não se restringem a ao âmbito gramatical: esses enunciados são sustentados por ideologias.



^{iv} Verso de seis pés, sendo que cada pé é composto de uma sílaba longa seguida por duas breves; ou, não tão frequente, uma sílaba longa seguida de outra longa.

^v “(...) *plutôt une poésie nouvelle et fondée de façon plus légitime sur le vrai et le bien.*”

^{vi} “*Aussi la place de Xénophane dans l’histoire de la philosophie reste-t-elle éminemment ambiguë. Fut-il un philosophe déjà ? Fut-il encore un poète à l’ancienne ? Les spécialistes s’interrogent à ce sujet et, si le peu de matériel disponible ne permet guère de répondre à la question de façon définitive, la difficulté principale réside peut-être en ceci que la scission des discours était encore imparfaite.*”

^{vii} Benedito Nunes (2012) realiza um exame minucioso da questão e aponta que a expulsão da República a ser levada a cabo era a do “poeta trágico, o chamado *mimetes*” (p. 179), que proferia “discursos mentirosos”. Para ele, nas representações trágicas “convergiriam a lírica e a épica dos gregos” (p. 179), por isso a rejeição de Platão a elas. De qualquer modo, isso não altera o argumento apresentado do viés da disputa pelo discurso mais válido.

^{viii} “*Dans la cité grecque, c’est toujours discours contre discours : pas de victoire politique qui ne soit celle d’un discours particulier. Inversement, pas de discours qui ne soit politique. La mise au ban de la poésie par le philosophes n’est pas simple affrontement de chiffonniers trop bavards: c’est une lutte pour le pouvoir – ou pour l’influence sur le pouvoir.*”

^{ix} O título remete à resposta de Fédon a Equécrates sobre quem estava com Sócrates no momento de sua morte (do diálogo *Fédon*).

^x Platão nunca é, ele mesmo, personagem de seus diálogos.

^{xi} Apenas dois exemplos: “Para quê poetas?” (“*Wozu Dichter?*”), de 1946, texto no qual Heidegger parte de um verso da elegia “Pão e vinho” de Holderlin, qual seja, “e para quê poetas em tempos de indigência?”, a fim de lamentar o fato de que a natureza se transformou em objeto, a cultura passou a ser negócio, entre outros. O poema ‘Para que poetas em tempos de terrorismo?’ de Alberto Pucheu (publicado pela 7letras em 2016) aborda nossa impotência diante de um mundo transformado em indústria do terror que visa o lucro. São textos que revelam tempos cuja existência se pauta, principalmente, pelo modo da utilidade das coisas e seres. Sendo assim, a pergunta é presente e indica a urgência em manter ou criar “lugares” dessa existência que não sejam dominados por esse modo.

^{xii} Sobre esse tema da censura no século XVIII, na França, conferir DARNTON, Robert. *Censores em ação*. (Trad. de Rubens Figueiredo). São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Conferir também o livro de William Marx, *La haine de la littérature* (vide Referências).

^{xiii} “*La méthode moderne que je tâche de suivre, et qui commence à s’introduire dans toutes les sciences Morales, consiste à considérer les oeuvres humaines, et en particulier les oeuvres d’art, comme des faits et des produits dont il faut marquer les caractères et chercher les causes; rien de plus. Ainsi comprise, la science ne proscrit ni ne pardonne; elle constate et explique.*”

^{xiv} “*comment concevoir une pratique philosophique des textes littéraires qui fasse droit à la pratique “littéraire” de la pensée et qui se fonde sur elle ?*”

^{xv} A filósofa se refere a uma observação que Gottfried Gabriel realiza – no livro *Literarische Formen der Philosophie* - : “Gabriel afirma que a filosofia, desde seu nascimento, oscila entre duas formas de saber/sabedoria, entre a *Dichtung* (a criação poética no sentido amplo) e a *Wissenschaft*, a ciência no sentido mais rigoroso. No decorrer de sua história, podemos, então, observar um movimento pendular : quando se aproxima demais da poesia, a filosofia envereda novamente para o lado da ciência – e quando esta última ameaça abocanhá-la, ela se volta novamente para uma dimensão de sabedoria mais poética”. Em nota de rodapé, Gagnebin faz questão de frisar que “Gabriel não é discípulo de Heidegger ou de Hölderlin, mas sim especialista em Wittgenstein e Frege, cuja cadeira ocupa na Universidade de Jena” (id., p. 203), ou seja, a linha de atuação dele é lógico-analítica.